

REASSENTAMENTOS EM MOÇAMBIQUE:

a produção de novos territórios e de novas identidades¹

Isidoro Jacob Valia²

Elmer Agostinho Carlos de Matos³

Artigo recebido em: 27/08/2021.

Artigo aceito em: 16/12/2021.

RESUMO:

Na base da revisão de literatura, o artigo aborda sobre as principais ideias de autores que discutem os conceitos de território e identidade. Partimos do princípio que qualquer processo de territorialização implica, ao mesmo tempo, um processo de produção de identidades. As variáveis de conceituação do território, tais como funcionalidade, apropriação, simbolismo e relações de poder são analisadas de modo a mostrar como se cruzam com o conceito de identidade. Na última fase, buscam-se exemplos práticos do processo de reassentamento para ilustrar como decorre o processo de desterritorialização e (re)territorialização e, conseqüentemente, como são produzidas novas identidades.

PALAVRAS-CHAVE: Território; Identidade; Reassentamento; Desterritorialização; (Re)territorialização

Resettlement in Mozambique: the production of new territories and new identities

ABSTRACT:

Based on the literature review, the article addresses the main ideas of authors discussing the concepts of territory and identity. We assume that any process of territorialization implies at the same time a process of identity production. Territory

¹ Este artigo foi produzido no âmbito da disciplina de Território, Territorialidade e Processos de Desenvolvimento, do Curso de Mestrado em Sociologia de Desenvolvimento, Universidade Pedagógica de Maputo.

² Mestre em Sociologia do Desenvolvimento, Licenciado em Sociologia e Bacharel em Ensino de História; filiação institucional: Universidade Licungo (Moçambique); Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2421666604555730>; endereço de e-mail: isidrovaliamz@gmail.com.

³ Doutor em Geografia; Professor na Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique); ORCID 0000-0002-5586-3554; elmermats@live.com.

conceptualization variables such as functionality, appropriation, symbolism and power relations are analysed to show how they intersect with the concept of identity. In the last phase, practical examples of the resettlement process are sought to illustrate how the process of deterritorialization and (re) territorialization takes place and, consequently, how new identities are produced.

KEYWORDS: Territory; Identity; Resettlement; Deterritorialization; Reterritorialization.

INTRODUÇÃO

A chegada e conseqüente instalação de diversos megaprojectos de mineração em Moçambique tem sido acompanhado de processos de reassentamento. Os processos de reassentamentos de comunidades inteiras têm implicado diversas mudanças no seu modo e qualidade de vida. Dentre as várias mudanças que o processo acarreta consigo, pode-se evidenciar as relacionadas com as identidades territoriais.

O deslocamento de famílias – que tem sido referido como sendo compulsório e involuntário (MATOS E MEDEIROS, 2015; Frei, 2017) – para zonas de reassentamento implica uma mudança de território. As condições que as comunidades possuíam nos seus territórios de origem diferem das que encontram nas zonas de reassentamento, o que tem resultado em transformações a vários níveis. Essas transformações conduzem à necessidade de novas territorializações, as quais significam a produção de novos perfis identitários.

Este artigo procura discutir as implicações dos processos de reassentamento nas comunidades atingidas pelos megaprojectos, procurando destacar as implicações a nível das identidades territoriais. A partir da revisão bibliográfica, foi possível trabalhar os conceitos de identidade e território, buscando apreender como essas duas categorias se relacionam. Numa primeira fase, discutir-se-á o conceito de território e identidades, procurando ilustrar as principais variáveis desses conceitos. Na segunda fase, articular-se-ão e cruzar-se-ão esses dois conceitos, procurando evidenciar como a criação de territórios implica a produção de identidades. Em seguida, tendo em

conta as diferentes dimensões e dinâmicas dos territórios e das identidades, mostraremos como o processo de reassentamento implica a materialização dessas dimensões e dinâmicas.

1. EM BUSCA DE UM CONCEITO DE TERRITÓRIO

O conceito de território tem suscitado debates a nível de diversas áreas de estudo. Entre elas podemos encontrar a Geografia, a Sociologia, as Ciências Políticas, a Geopolítica, etc. Inicialmente, o conceito era concebido numa relação entre o domínio de espécies animais e vegetais numa área física específica. Essa concepção era típica das ciências naturais (FLORES, 2006). Porém, o debate actual discute o território em dimensões que estão para além do físico. Compreendem o território numa dimensão mais alargada, incluindo as dimensões político-econômicas e a político-cultural.

Segundo CORRÊA (1998), etimologicamente, a palavra território deriva do latim, *terra e torium*, o que, por sua vez, significa “*terra pertencente a alguém*”. Sendo que a pertença não se refere, necessariamente, à propriedade da terra, mas à sua apropriação, a qual goza de duplo sentido. O primeiro refere-se ao controlo efetivo por parte das instituições ou grupos sobre um determinado espaço; estando, a palavra, vinculada à geografia política e à geopolítica.

Ainda na óptica de CORRÊA (1998), o segundo sentido da palavra apropriação assume uma dimensão afetiva, que é resultado das práticas especializadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos; nesse caso, a palavra território está associada ao simbolismo dos lugares e sentimentos.

Uma referência conceitual muito abordada é a distinção entre espaço e território, feita por Claude Raffestin. Este entende que “o espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Segundo RAFFESTIN (1993), o território é apropriação concreta e simbólica do

espaço. Portanto, RAFFESTIN (1993) entende que é a ação humana que transforma o espaço em território, sendo que esse processo é sempre acompanhado de relações de poder entre os homens. Discutindo em torno da criação de território, MATOS (2017) faz uma análise aproximada a de RAFFESTIN (1993). Ele explica que o território é uma produção histórica, relacional e dialéctica, onde os actores deixam as suas marcas no espaço e o espaço deixa a sua marca nos produtores dos territórios.

SAQUET e SPOSITO (2009) apontam três características principais que distinguem o espaço do território. A primeira refere-se às relações de poder multidimensionais, constituídas por campos de força económicas, políticas e culturais, estando estes campos sobrepostos e concomitantes; a segunda característica é a construção histórica e relacional de identidades; e a terceira refere-se ao movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Na mesma linha, especialmente no que toca à primeira característica de SAQUET e SPOSITO (2009), HAESBAERT (2007) entende que o território compreende uma dimensão de poder *político-económica*, que se apresenta em termos funcionais, que segue uma lógica do sistema capitalista; e outra dimensão mais *simbólico-cultural*, de apropriação, carregado de experiências vividas no espaço e no tempo, em que o território se apresenta múltiplo, diverso e complexo.

Enquanto a dimensão *político-económica* apresenta-se como materializada, objetiva, funcional e prática, a dimensão *simbólico-cultural* encontra-se num nível mais relacional, subjetivo e identitário.

Para HAESBAERT e LIMONAD (2007), enquanto o território nas sociedades modernas é mais compreendido como estando numa dimensão de dominação política, económica, funcional, utilitarista, com a finalidade de atender as necessidades humanas, nas sociedades tradicionais prevalece a dimensão simbólico-cultural, de apropriação do espaço, que nos remete a ideia de construção de identidades. Porém, não podemos entender a dimensão simbólica, de significados e subjetiva, e a funcional – objetiva e prática – como sendo separadas uma da outra.

Como refere Duarte, “o território é ao mesmo tempo funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto quanto para realizar funções quanto para produzir significados” (DUARTE, 2009, p. 5).

Portanto, importa referir que o mais importante não é o território em si, mas as ações dos indivíduos sobre ele. Matos entende que na produção do território “o mais importante é compreender como os diferentes atores, a partir dos seus respectivos domínios de poder organizam os seus objetos e agem sobre eles no espaço” (MATOS, 2017, p. 195). Assim, Matos explica que

o território em si não é uma categoria de análise, mas sim o seu uso [...] O território é um espaço apropriado e usado [...] A apropriação desse espaço, tanto de fato como simbolicamente, implica na adoção de estratégias adequadas para a sua manutenção como espaço de domínio pelos atores que o detêm. Essas estratégias são denominadas de territorialidade. Nesse âmbito, ao estudarmos as ações desenvolvidas pelos atores para a satisfação das suas necessidades, gerando espaços mediados espacialmente pelas relações de poder, estamos nos preocupando com a territorialidade desses atores (MATOS, 2017, p. 196).

Portanto, enquanto dominamos e atribuímos funcionalidade aos recursos também estamos criando um determinado perfil sobre nós – criamos significados – e estamos criando referências, tanto para nós como para os outros. Nesse sentido, o tipo de recurso que usamos, a maneira como o usamos, determina a maneira como os “Outros” nos veem e espelha a forma como nós mesmos nos percebemos; portanto, determina as identidades. Chegados a este ponto, apontamos a segunda característica apresentada por SAQUET e SPOSITO (2009), quando distinguem espaço e território. Eles entendem que o território se caracteriza por ser também uma construção histórica e relacional de identidades.

Assim, o processo de territorialização e territorialidade implica um processo de construção de identidades. Por outro lado, como referem SPOSITO (2009, p. 82), ao mesmo tempo que o território implica a “construção histórica e relacional das identidades, ele implica também um movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização”. Portanto, enquanto criamos territórios, criamos identidades. De igual modo, enquanto recriamos territórios, recriamos

identidades. Assim, sendo o reassentamento um processo de recriação de territórios, ele implica a desterritorialização e a reterritorialização e, conseqüentemente, a produção de novas identidades, que é o resultado da relação que o homem estabelece com o espaço físico.

2. DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO

Na perspectiva de MATOS (2016), o processo de Territorialização, Desterritorialização-Reterritorialização (TDR) é um processo que tem sido influenciado por diferentes fatores, tais como a descoberta de novos recursos, o processo de acumulação capitalista e vários outros. DELEUZE e GUATTARI (2004) destacam que o Estado, ao introduzir novos agenciamentos sobre os territórios das comunidades tradicionais, tornou-se no primeiro grande desterritorializador. Nesse sentido, ainda na óptica desses autores, interesses capitalistas passaram a destruir os territórios das comunidades.

Por exemplo,

o processo de desterritorialização das comunidades locais provocados, fundamentalmente, pela produção de territórios corporativos em Moatize [Moçambique], está bastante associado à entrada de mineradoras de renome internacional para a exploração do carvão mineral. Após o término da guerra civil (1992), associado à mudança político-econômica [...], criaram condições para a recolocação de Moatize no mapa do mundo capitalista (MATOS, 2017, p. 203).

As grandes empresas capitalistas têm sido a causa do fenômeno de desterritorialização no mundo. O seu deslocamento em busca de novos mercados e de mão-de-obra barata levam a processos de desterritorialização. Autores como Badie chegam a afirmar que o próspero nível de desenvolvimento da Índia e da China esteja relacionado com desterritorializações (OLIVEIRA, 2011).

Nas palavras de Tuan, há desterritorialização quando “determinadas eventualidades conduzem a relação homem-território a riscos, tornando-a [...] numa relação vulnerável e susceptível, pondo em causa a topofilia, o sentimento afetivo que une o homem ao seu território [...]” (OLIVEIRA, 2011, p. 11) ou, simplesmente,

segundo OLIVEIRA (2011, p. 11), quando “existem fracturas topofílicas, isto é, quando há quebras na relação do homem com o seu território”. Para MATOS (2016, p. 43), a desterritorialização significaria

um estranhamento com o novo, com a nova realidade introduzida num território do qual os objetos e as ações eram parte do seu domínio, ou melhor, os ocupantes tinham o controle sobre elas. Esse estranhamento pode alterar o comando das ordens e do funcionamento do território, tornando os anteriores atores alienados dos novos objetos e ações e, produzindo finalidades que atendem a outros interesses (MATOS, 2016 p. 43).

Associada à ideia de desterritorialização está a de reterritorialização. Aliada à essa perspectiva, ANDRADE (2000) entende que, enquanto se desterritorializa ao mesmo tempo se reterritorializa, sendo que esses dois fenômenos partem de um mesmo processo; tornando-se impossível distinguir um e outro.

HAESBAERT e BRUCE (2002, p. 12) explicam que “a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para o outro, abandonando territórios, fundando novos”. Nessa perspectiva, não se pode falar de desterritorialização sem falar de reterritorialização. Enquanto destruimos territórios criamos outros territórios, a vida acontece num território, viver implica territorializar. Porque “o ser humano necessita de um território, necessita de um recurso físico, de um espaço com o qual mantenha uma relação, seja ela como fonte de rendimento, ou como sentimento de pertença e/ou segurança” (OLIVEIRA, 2011, p. 11).

O abandono de um território para o outro – desterritorialização – e criação de um novo território – reterritorialização – não acontece sem consequências. Ao criarmos sentimentos de afeto com o território – como refere Tuan –, passamos a identificar-nos com este. Assim, o processo de desterritorialização e reterritorialização implica tanto uma quebra de laços com o antigo território, assim como uma necessidade de criação de novos laços afetivos com o novo território, respectivamente. Sendo a identidade parte dessa relação que se estabelece com o território, ela também sofrerá mudanças aquando dos processos de

desterritorialização e reterritorialização. Do mesmo modo que, segundo HAESBAERT e BRUCE (2002 p. 1), fazendo referência às palavras de Gilles Deleuze, afirmam que “não há [...] desterritorialização sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte” podemos dizer que não há desterritorialização sem perda de parte das nossas identidades e não há reterritorialização sem produção de novas identidades.

3. IDENTIDADE(S) E TERRITÓRIO

São muitos autores que discutem o conceito de identidade. Contudo, apesar de muito se dizer sobre o conceito, o primeiro ponto a se ter em conta em relação às identidades sociais é que elas “só podem ser construídas na interação [...] A questão não é, assim, ‘quem somos nós?’ mas, antes, ‘quem somos nós em relação aos outros?’ ou ‘quem são os outros em relação a nós?’ [...] A identidade social não preexiste à relação: constrói-se na relação” (SERRA, 1998, p. 10).

Portanto, não se pode falar de identidade sociais num único sentido, sendo que é sempre resultado de reciprocidade ou duma mão dupla; não se pode falar de identidades sociais sem relação social.

Um outro aspecto em relação às identidades sociais é o apontado por José Madureira Pinto. Segundo este autor, o

processo pelo qual os atores sociais se integram em conjuntos mais vastos, de pertença ou de referência, com eles se fundindo de modo tendencial (processo de identificação); e o processo através do qual os agentes tendem a autonomizar-se e diferenciar-se socialmente, fixando, em relação a outros, distâncias e fronteiras mais ou menos rígidas (processo de identificação) (PINTO, 1991, p. 218).

Ainda na óptica de PINTO (1991), as identidades sociais se constroem por integração em grupos, num processo de *inclusão* e através da diferenciação, num processo de *exclusão* (PINTO, 1991). Recorrendo às palavras do sociólogo moçambicano, Carlos Serra, diríamos que a identidade nos remete não apenas para aquilo que é idêntico, mas igualmente para aquilo que é distinto (SERRA, 1998).

Na mesma perspectiva estabelecida por PINTO (1991), Cuche entende que “a identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações a um sistema social [...] A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente” (CUCHE, 1999, p. 177). Todo o grupo apresenta uma identidade que está em conformidade a sua definição social que o situa no conjunto social. Nesse sentido, ainda segundo CUCHE (1999), a identidade social é inclusão, na medida em que só fazem parte do grupo indivíduos que apresentam características idênticas num determinado ponto de vista; e exclusão, sendo que os membros do grupo se distinguem dos outros num determinado aspecto.

Uma outra forma de entender a identidade é vê-la em termos dinâmicos. Nestes termos, a identidade é entendida como sendo algo em movimento, algo flexível, passível de mudança no tempo e no espaço, uma característica múltipla. Nesse sentido, não se pode falar de uma identidade, mas de várias; não se pode vê-la identidade como um aspecto singular, mas plural. Desse ponto de vista, Serra (1998, p. 10) entende que a identidade “não é um estado, mas um processo incessantemente alimentado, retro-alimentado e modificado quando necessário no decorrer das relações sociais”.

Ciampa (apud FARIA e SOUZA, 2011, p. 37), ilustra essa perspectiva de identidade dizendo que

identidade é metamorfose, [...] está em constante transformação [...] a identidade tem carácter dinâmico, [sendo que] seu movimento implica um personagem; [...] [e] as diferentes maneiras de estruturar as personagens resultam diferentes modos de produção identitária.

Dubar entende que a “identidade nunca é dada, é sempre construída e (re)construída, em uma incerteza maior ou menor e mais ou menos durável” (FARIA e SOUZA, 2011, p. 37). Ainda segundo estes autores, o processo de constituição da identidade é feito por meio da constante tensão entre os atos de atribuição e os atos de pertença. Assim, a *atribuição* diz respeito à *identidade para o outro* e *corresponde a identidade para si*. Entre essas duas formas de identidade existe uma constante tensão,

uma oposição, entre o que os “Outros” esperam ou pensam do indivíduo e o que o próprio indivíduo pensa e espera de si próprio (*Ibid*).

Na óptica de Dubar, as identidades podem ser sintetizadas através de dois processos: o relacional e o biográfico. O processo relacional refere-se à *identidade para o “Outro”*, assumindo características mais objetivas e genéricas; no que diz respeito ao processo biográfico, correspondendo à *identidade para “Si”* apresenta características mais subjetivas, correspondendo às identidades herdadas e visadas (FARIA e SOUZA, 2011). Nesse sentido, esses dois processos – o relacional e o biográfico – são determinantes do perfil identitário dos indivíduos.

Não podemos falar de construção de identidade sem falar de indivíduos que pertencem a um território, e os mesmos indivíduos agem e dão sentido e significado às suas ações tendo como referência os elementos que constituem esse mesmo território, que podem ser materiais e funcionais ou históricos, simbólicos e culturais.

Como muito bem refere Joel Bonnemaïson “não existe nenhum indivíduo ou grupo que escape ao princípio de territorialização” (BORGES e CAVALCANTE JUNIOR, s/d, p. 3). Pois, como aponta Oliveira,

Todos os indivíduos se identificam com um ou mais territórios. Seja pela localização da habitação, dos terrenos que possuem, seja ainda pelos lugares por onde passa o cotidiano, os indivíduos vão criando vínculos com o território. O Homem necessita assim de criar ligações, laços e raízes com o mesmo. Por isso, o território é uma “peça” fundamental para a construção da identidade do indivíduo (OLIVEIRA, 2011, p. 6).

Portanto, o que somos socialmente decorre, em grande parte, da relação que estabelecemos com o território. E acrescenta Achille Mbembe que

[...] toda identidade teria de ser traduzida em termos territoriais. Sob este ponto de vista, não há identidade sem territorialidade, que não seja a vívida consciência de ter um lugar e ser dono dele, seja por nascimento, por conquista ou pelo facto de ter se estabelecido em um dado local e este ter se tornado parte de sua auto-representação (MBEMBE, 2001, p. 193).

A produção de identidades é feita a par da construção dos territórios. O processo de enraizamento entre o indivíduo e o território – o qual resulta na criação

de laços identitários – é feito ao longo da construção do território e da sua territorialidade, o que é feito ao longo do tempo. Isso leva a concluir que a identidade não é algo dado, mas uma construção temporal. Nas palavras de MATOS (2016, p. 51) “o território vai construindo a identidade dos sujeitos [...] Com o passar do tempo, tanto o espaço físico, de materialização das intenções de um determinado grupo, como os sujeitos que habitam esse espaço, passam a ser uma totalidade [...]”.

O território é caracterizado pela sua dinâmica, a sua constante construção e desconstrução. FERNANDES (2005 p. 28) entende que “os movimentos das propriedades dos espaços e territórios são: expansão, fluxo, refluxo, multidimensionamento, criação e destruição”. Nesse sentido, ainda segundo FERNANDES (2005), a expansão e a criação são materializadas pela territorialização. Por sua vez, o refluxo e a destruição são materializadas pelo processo de desterritorialização. Assim, o processo de (re)territorialização, implica, igualmente, ver a identidade como algo em constante mudança, como algo reflexível (GIDDENS, 2002) ou líquida (BAUMAN, 2005).

Essa característica do território e das identidades como elementos dinâmicos e em constante movimento pode ser evidenciado nos casos de reassentamento. É nessas situações que podemos perceber como acontecem as territorializações, desterritorializações e reterritorializações, implicando um processo de perda de referências identitárias e a busca de novos elementos identitários por meio do novo território criado.

4. REASSENTAMENTOS: DESTERRITORIALIZANDO, RETERRITORIALIZANDO E PRODUZINDO IDENTIDADES TERRITORIAIS

Com a entrada de grandes projetos de exploração – especialmente mineira – em Moçambique, tem havido a necessidade de reassentamento de um grande número de comunidades das zonas afetadas pelos denominados megaprojetos. Segundo o DECRETO 31/2012, de 8 de Agosto, no seu artigo 1º, alínea j), o reassentamento

compreende “a deslocação ou transferência da população afetada de um ponto do território nacional a outro, acompanhada da restauração ou criação de condições iguais ou acima do padrão anterior de vida”. Os processos de reassentamento têm implicado várias mudanças nas vidas das comunidades. Uma dessas mudanças é a nível das suas identidades sociais.

Um processo de reassentamento implica, automaticamente, um processo de desterritorialização e reterritorialização, o que, por sua vez, significa a produção de novas identidades territoriais. Nesta secção, iremos procurar demonstrar, com base em exemplos práticos de reassentamento no país, como a mudanças a nível de territórios leva às mudanças a nível de identidades.

Quando OLIVEIRA (2011, p. 134) fala da desterritorialização provocada pela construção de barragens, ela refere que esta pode levar ao “afastamento das populações em relação aos seus recursos locais, aos territórios simbólicos e de identidade”. Ainda segundo OLIVEIRA (2011), a desterritorialização leva à quebra da topofilia, que é um rompimento da relação que o indivíduo tem com o território. Esse rompimento implicaria, também, a quebra da relação identitária que existia entre o indivíduo e o território. Por outro lado, sendo que a desterritorialização leva, quase que automaticamente, à reterritorialização, após a quebra da identificação do indivíduo com o território, este mesmo indivíduo é lavado a produzir novos laços identitários com o novo território.

No geral, todo o processo de reassentamento implica a construção de novos territórios por parte das comunidades, o que significa a apropriação de novos espaços e de novos símbolos. Um primeiro ponto de referência é que os reassentamentos em Moçambique são caracterizados pela construção de um novo tipo de habitação, diferente das que as populações possuíam anteriormente. As comunidades passam a viver em novas zonas e em casas diferentes das que estavam habituadas, implicando uma nova forma de apropriação do espaço, o que leva à criação de novas referências

identitárias. Os reassentamentos implicam, como referiu MATOS (2016), um certo “estranhamento” em relação ao novo território.

FREI (2017) refere que as habitações de origem das famílias reassentadas no Bairro de Thopuito – como resultado da exploração mineira no Distrito de Moma, pela empresa Kenmare – são do tipo palhota (construídas com estacas, pedras, troncos, capim e areia), diferenciando, assim, das que encontraram no local de reassentamento, as quais caracterizam-se por serem do tipo convencionais (de blocos, cimento e chapas de zinco). Um outro aspecto referido por FREI (2017) é o fato de nos bairros de reassentamento de Muticomá, Distrito de Moma, as famílias que viviam dispersas, hoje viverem concentradas em um único local. Assim, conclui o autor, a organização espacial da área de reassentamento não levou em conta o tipo de povoamento disperso, que é típico do meio rural moçambicano.

Outra mudança que se tem verificado é a nível das atividades econômicas. Se as famílias não se sentem obrigadas a mudar de atividade, elas têm dificuldade em continuar a praticar as atividades que vinham desenvolvendo, sendo que as novas condições oferecem muitos obstáculos. Sobre esse fato, no que respeita ao reassentamento das comunidades de exploração mineira em Benga, Distrito de Moatize, MATOS e MEDEIROS (2015, p. 122) referem que:

as famílias começaram a perceber que os campos de cultivo fornecidos para a prática da agricultura não eram férteis e alguns desses campos distam cerca de 6 Km. A falta de água, tanto para as necessidades domésticas como para a prática da agricultura foi e é ainda preocupante.

Na mesma lógica, os autores acrescentam que essas famílias cortavam lenha, fabricavam carvão e tijolos e quebravam a brita, o que a nova localização não permite. Por sua vez, numa pesquisa sobre reassentamento das famílias em Nacala-a-Velha, pela Vale Moçambique, Vanito Frei diz que

antes do processo de reassentamento, as famílias deslocadas para as comunidades Mucaia 1 e Mucaia 2 [...] sua principal atividade era a agricultura de autoconsumo e a pesca artesanal. Com o seu deslocamento, essas atividades ficaram comprometidas pois as famílias não podem mais

exercê-las devido a longa distância que precisam caminhar para as antigas áreas de cultivo e de pesca (FREI, 2017, p. 377-378).

Ainda sobre as características dos campos de cultivo, fazendo referência ao processo de reassentamento no Bairro de Thopuito, no Distrito de Moma, Província de Nampula, FREI (2017) explica que, nas suas zonas de origem, as famílias reassentadas praticavam agricultura em áreas próximas às suas habitações e podiam produzir o que quisessem. Contudo, nos locais de reassentamento, as *machambas*⁴ entregues pela empresa responsável, a Kenmare, encontram-se a uma distância de 10 à 15 km das suas casas. Essas *machambas*, ainda segundo o autor, distanciam-se de fontes de água para produzir.

Considerando o território na sua dimensão econômica e funcional, entendemos que o processo de reassentamento, nesses casos, implica uma mudança na forma como as populações se apropriam do espaço e o uso que o atribuem. Consequentemente, a relação que os indivíduos estabeleciam com o espaço muda, a maneira como se percebiam e como se davam a conhecer também muda. Portanto, se se viam e eram vistos como agricultores, pescadores ou comerciantes de carvão, perderão essas características e terão que assumir outras. Sendo que a base das dimensões funcionais e simbólicas do território foram alteradas, um novo processo de (re)territorialização será iniciado, novas territorialidades terão que ser praticadas e novas identidades serão criadas.

MATOS (2016, p. 206) explica que “as atuais comunidades atingidas pelos projetos de exploração mineira construíram os seus territórios ao longo da história, através da ocupação do espaço e na demarcação dos mesmos com base em sacralização de determinados espaços”. Assim, ainda segundo MATOS (2016), sendo que cada comunidade tem os seus ancestrais e rituais, cada um desses rituais estão limitados à determinadas áreas dentro do território, que podem ser cemitérios, montanhas, rios, árvores ou outros locais. Tais locais fazem parte da realidade

⁴ Terreno para cultivo agrícola.

quotidiana dessas comunidades ao longo da sua história, sendo o meio com o qual elas relacionam-se com os seus antepassados.

O processo de desterritorialização e reterritorialização, resultantes do reassentamento de famílias, implica mudanças profundas no cotidiano das comunidades. Os recursos existentes no território de origem, que tradicionalmente são entendidos como sendo pertença das famílias deslocadas, e que eram objeto de cerimônias e rituais, passaram a pertencer às empresas responsáveis pelo reassentamento dessas comunidades.

Assim, de acordo com FREI (2017, p. 302-303)

ao se apropriar dos recursos existentes nas comunidades, o capital viola com a força característica, todos os códigos socialmente instituídos ao longo da história pelos membros da comunidade, transforma o sagrado em fonte de mais-valia, destrói a herança da vida tradicional e cultural das comunidades, dessacraliza as relações entre os membros vivos das comunidades e seus ente queridos ao mesmo tempo em que introduz novas práticas e novas formas de relacionamento com o sagrado [...]

Sendo forçadas a mudanças nos seus modos e hábitos de vida e/ou ter que adaptar os seus antigos hábitos à nova realidade, as comunidades reassentadas estão obrigadas a criação de novas formas de vivência, o que leva a produção de novas formas de se verem ou de serem vistas. Duma ou doutra forma, essas comunidades são levadas a criação de novas formas de identificação (BERLATTO, 2009; MBEMBE, 2001).

De acordo com o exposto acima, entendemos que, de algum modo, “o que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção” (MARX e ENGELS, 2001, p. 24). Quando as famílias mudam de atividade econômica, quando mudam de atividade produtiva, isso leva à uma mudança a nível das suas relações sociais e, conseqüentemente, de nível identitário.

Sendo que as mudanças a nível econômico leva à mudanças em termos ideológico e espiritual, automaticamente, teremos novas representações simbólicas, novos conteúdos de relações sociais e novas relações de poder. Portanto, a mudança

que se dá ao nível econômico levam, conseqüentemente, à alterações em vários outros aspectos sociais, inclusive nas características pelas quais os indivíduos se dão a conhecer – as identidades.

Por exemplo, num estudo elaborado por KIAMBO (2017), sobre o reassentamento decorrente da construção da Ponte Maputo-Katembe, ela mostra as mudanças que determinadas mulheres tiveram que passar ao ter que abandonar seus territórios de origem (Bairro da Malanga – cidade de Maputo) e ter que se instalar em territórios com características rurais. Assim

das mulheres residentes na Malanga, algumas eram empregadas domésticas em residências de Maputo. Muitas trabalhavam como vendedoras no mercado da Malanga ou nas estradas de outras áreas de comércio dentro da cidade. As mulheres ou alugavam bancas no mercado da Malanga, onde elas armazenavam e vendiam diversos produtos (carvão vegetal, vegetais, condimentos, refrigerantes a granel entre outras coisas). Alternativamente, elas vendiam produtos nas suas casas ou na estrada [...] Os seus maridos estavam empregados em empresas de segurança privada em Maputo, como agentes de segurança de residências, lojas e outros locais comerciais (KIAMBO, 2017, p. 22).

Essas famílias, nos locais de reassentamento – que compreendiam zonas como Mahubo, Tenga e Catembe – tiveram que deixar de praticar as suas atividades de rendimento, visto que nestes espaços não haviam condições materiais para tal. As condições oferecidas pelo espaço urbano permitiam o desenvolvimento de atividades econômicas e sociais que o novo território não oferece. Pois, como refere OZAWA (2018, p. 5), que fez um estudo sobre o impacto do reassentamento populacional na Catembe, a mudança de território levou a “um impacto negativo sobre as populações [...] ao nível da capacidade de geração de rendimentos”.

Como consequência da perda de seus rendimentos, as suas relações sociais foram afetadas, visto que o seu estatuto social mudou. Nesse sentido, KIAMBO (2017, p. 45) explica que

Muitas famílias reassentadas têm sofrido com a marginalização devido à sua queda de padrões de vida. Eles ainda estão a adaptar-se ao seu novo ambiente e a tentar determinar como o seu conjunto de habilidades pode se enquadrar. Por esta razão, eles têm sido marginalizados.

Visto que essas famílias perderam as suas *fontes de poder econômico* (WEBER, 2004), as quais garantiam as suas condições de vida, houve mudança de posição social e, conseqüentemente, alteraram-se as suas relações sociais e as relações de poder.

O processo de deslocação de populações de uma região para outra, no caso o processo denominado reassentamento, implica mudanças profundas na vida das famílias afetadas. Assim, o capitalismo, aliado a estrutura político-jurídica do Estado, tem sido o principal agente do processo de des(re)territorialização. Numa busca incessante pelo lucro, comunidades inteiras têm sido sacrificadas em nome do desenvolvimento.

O Estado, ao chamar o processo de des(re)territorialização de reassentamento – tal como é definido legalmente –, mascara todas as transformações a que as populações são obrigadas a passar. Dessas transformações, as identidades têm sido uma delas. Contudo, as mudanças a nível das identidades das populações que aqui analisamos têm sido às custas de marginalização a nível econômico, perda de referências em relação ao espaço, enfraquecimento do poder a nível da comunidade e perda do seu património simbólico-cultural. Portanto, toda a relação biográfica que foi construída com os seus antigos territórios fica destruída, chegando as famílias a viver uma crise identitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo procurou discutir as implicações dos processos de reassentamento sobre as identidades de comunidades afetadas pelos megaprojetos em Moçambique. Assim, foi possível constatar que tanto as identidades como os territórios são processos passíveis de mudança, dinâmicos. E os processos de reassentamento – que implicam a desterritorialização e a reterritorialização – é a materialização dessas metamorfoses. No processo de desterritorialização, mudam também as formas como os indivíduos se apropriam, simbolizam, estabelecem relações sociais e de poder e como eles atribuem funcionalidade ao território. Ao mesmo tempo que ocorrem essas mudanças ocorrem também as mudanças de identidades territoriais. Contudo, nesses

casos, em que a mudança de identidade decorre da mudança territorial, não se pode falar de simples alteração das características. A identidade muda às expensas de profundas alterações na vida das comunidades e das famílias. Essas mudanças implicam alterações de padrões de vida, busca de novas fontes de renda e adaptação a novos tipos de relações sociais.

O processo de construção de novas identidades, que decorre em paralelo com a reterritorialização, implica um esforço para criar raízes e vínculos que os permitam harmonizar-se com o novo território – de modo que possam “sentir-se em casa” –, encontrar novos meios de subsistência e novas referências simbólicas.

Muito se podia dizer sobre e em que medida o processo de des(re)territorialização afeta as identidades das famílias. Contudo, não se pode encerrar um assunto tão complexo como as identidades numa única pesquisa. Vários outros aspectos podiam ser apontados, sendo que as identidades podem ser analisadas em várias dimensões, as quais não foram e nem podiam ser encerradas neste artigo. Nesse sentido, numa outra perspectiva, podíamos terminar a análise levantando a hipótese segundo a qual o processo de des(ret)territorialização – da mesma forma que afeta as identidades das famílias no sentido que estas perdem as suas características a nível econômico, de relações de poder e simbólico-cultural – pode significar ato de violência contra as famílias afetadas. Visto que um mesmo fato pode atingir dimensões e perspectivas diferentes tendo em conta as lentes analíticas que estão sendo usadas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia. **Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local**. In: SANTOS Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de e SILVEIRA, Maria Laura (Orgs). 4ª Ed. Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo: Editora Hucitec - ANPUR, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchio**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 2005.

BERLATTO, Odir. **Construção da Identidade Social**. Revista do Curso de Direito da FSG, pp. 141-151, Jan/Jun 2009.

Boletim da República, I Série – Número 32, Decreto N° 31/2012 de 8 de Agosto, **Regulamento Sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividade Económica**.

BORGES, João Carlos de Freitas e CAVALCANTE, Junior Idelmar Gomes. **Território, Identidade e Memória: Tramas conceituais para pensar a piauiensidade**, pp. 1-10, s/d.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Territorialidade e corporação: um exemplo**. In: Território: Globalização e Fragmentação. SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; e SILVEIRA, Maria Laura. 4ª Ed. São Paulo : Editora Hucitec; Anpur, 1998. pp.251-256.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **O Anti-Épido: Capitalismo e Esquizofrenia**. Lisboa : Assírio e Alvim, 2004.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. Vol. 5. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. São Paulo : Editora 34, 1997.

DUARTE, José Carlos Silveira. **Territórios de Identidade e Multiterritorialidade, Paradigma para a Formulação de uma nova Regionalização da Bahia**. Quinto Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador-Bahia, pp. 1-14, 2009.

FARIA, Ederson de e SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de. **Sobre o Conceito de Identidade: apropriação em estudos sobre formação de professores**. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, pp. 35-42, Janeiro/Junho 2011.

FERNANDES, António Teixeira. **Espaço Social e suas Representações**. In: VI Colóquio Ibérico de Geografia. Porto, pp. 61-99, 1992.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista NERA, v.8, n.6, pp.14-34, Janeiro/Junho 2005.

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégia de desenvolvimento: uma visão do estado de arte.** Territorios con Identidad cultural, pp. 1-47, 2006.

FREI, Vanito Viriato Marcelino. **No País do Mano Muça, Eu Sou Carvão.** 2017. 412f. Tese (Doutor em Geografia) Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

HAESBAERT, Rogério e BRUCE, Glauco. **A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guatari. Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização.** Brasil, Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2002.

HAESBAERT, Rogério e LIMONAD, Ester. **O território em tempos de globalização.** Etc, Espaço, Tempo e Críticas: Revista de Ciências Sociais Aplicadas, n. 2(4), v.1, pp. 39-52, Agosto 15, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Concepções de território para entender a desterritorialização.** In: SANTOS, Milton e BECKER, Bertha K. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª Ed. Rio de Janeiro : Lamparina, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Mito da Desterritorialização – do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2004.

KIAMBO, Wanjiku. **Estudo De Caso De Dois Projectos De Reassentamento Na Província de Maputo, Moçambique.** Maputo: Centro Terra Viva: Estudo e Advocacia Ambiental, 2017.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de e MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração do Carvão Mineral de Benga em Moçambique e a Expropriação da Terra dos Nativos: Alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação.** Revista NERA, n.6, pp. 106-131, Junho, 2015.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de. **Desterritorialização e Reterritorialização das Comunidades Antingidas pela Exploração do Carvão Mineral em Moatize, Moçambique.** 2016. 295f. Tese (Doutor em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de. **Os territórios das comunidades locais no contexto da exploração mineira em Moçambique**. In: Dinâmicas do Espaço Agrário: Velhos e Novos Territórios. Medeiros Rosa Maria Vieira e Lindner Michele. Porto Alegre : EvanGraf, 2017.

MBEMBE, Achille. **As Formas Africanas de Auto-Inscrição**. Estudos Afro-Asiáticos, v.1, n.23, pp. 172-209, 2001.

OLIVEIRA, Ana Maria Cortez Vaz dos Santos. **Processo de Desterritorialização e Filiação ao Lugar**. Faculdade de Letras, Coimbra, 2011.

OZAWA, Eri. **Debaixo da Ponte: Impactos Sociais do Reassentamento Populacional na Catembe**. Maputo, Observatório do Meio Rural, 2018.

PINTO, José Madureira. **Considerações sobre a Produção Social de Identidade**. Revista Crítica Ciências Sociais, n.32, pp. 217-231, Junho 1991.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio e SPOSITO, Eliseu Savério. **Território e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo : Editora Expressão Popular, 2009.

SERRA, Carlos. **Identidade, Moçambicanidade, Moçambicanização**. Maputo: Livraria Universitária, 1998.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Vol. II. São Paulo: Editora UNB, 2004.